



**RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO:** Senhores Acionistas, A PCH São Joaquim com capacidade instalada total de 21,0 MW, e a comercial plena em 116.332 MWh/ano, beneficiando aproximadamente 173 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R\$ 21,9 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 11,2 milhões. À Administração.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	31/12/12	31/12/11
<b>Circulante</b>		4.290	6.339
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.219	3.448
Contas a receber	6	2.915	2.750
Impostos a compensar		110	109
Despesas antecipadas		33	24
Adiantamentos a funcionários		13	8
<b>Não circulante</b>		76.188	78.239
Ativos vinculados - BNDES	7	2.293	2.447
Depósitos judiciais		213	213
Imobilizado	8	73.603	75.184
Diferido	9	79	395
<b>Total do ativo</b>		<b>80.478</b>	<b>84.578</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		7.321	7.557
Fornecedores		1.319	806
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		11	9
Impostos e contribuições a recolher		201	190
Provisão para férias e 13º salário		79	84
Outros passivos		18	18
Dividendos a pagar	10	210	909
Financiamentos	11	5.483	5.541
<b>Não circulante</b>		35.379	40.569
Financiamentos	11	35.379	40.569
<b>Patrimônio líquido</b>		12	37.778
Capital social		27.426	27.426
Reserva legal		1.902	1.341
Reserva de dividendos adicionais propostos		-	7.685
Reserva de retenção de lucros		7.995	-
Reserva especial		455	-
<b>Total do passivo</b>		<b>80.478</b>	<b>84.578</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional:** A São Joaquim Energia S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nº 404/2000 e 237/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos, está localizada no Rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo, com capacidade de licença instalada de 21 MW e uma linha de transmissão de 16 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia pelo prazo de 20 anos a contar do mês de maio de 2008. Em 16 de abril de 2008, através do Despacho ANEEL nº 1.564, e em 30 de abril de 2008, através do Despacho ANEEL nº 1.741, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas Unidades 1 e 2 respectivamente, ambas com potência instalada de 10,5 MW, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 21 MW e energia assegurada de 116,3 MWh. O término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2030.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)**

	Nota	31/12/12	31/12/11
<b>Receita líquida de vendas</b>	14	21.108	19.530
<b>Custos da venda de energia</b>		(3.860)	(3.927)
Meio ambiente		(130)	(207)
Operação e manutenção		(759)	(905)
Taxas setoriais		(46)	(74)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(371)	(346)
Seguros		(96)	(97)
Depreciação e amortização		(2.458)	(2.298)
<b>Lucro bruto</b>		17.248	15.603
<b>Despesas operacionais</b>	15	(1.679)	(1.277)
Despesas administrativas e gerais		(1.493)	(1.135)
Outras despesas operacionais		(186)	(142)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		15.569	14.326
Despesas financeiras	16	(3.945)	(4.539)
Receitas financeiras	16	375	483
<b>Resultado financeiro</b>		(3.570)	(4.056)
<b>Lucro antes dos impostos</b>		11.999	10.270
Imposto de renda	17	(508)	(515)
Contribuição social	17	(270)	(263)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		11.221	9.492
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,5131	0,4341
Quantidade de ações ao final do exercício	12	21.867.811	21.867.811

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial acumulada	
<b>Saldos em 31/12/10</b>	24.754	802	-	2.785	-	29.635
Aumentos de capital mediante capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital	2.672	-	-	-	-	2.672
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(2.785)	-	(2.785)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	9.492	9.492
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	539	-	-	(539)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(909)	(909)
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(1.653)	(1.653)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	7.685	(7.685)	-
<b>Saldos em 31/12/11</b>	27.426	1.341	-	7.685	-	36.452
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(7.685)	-	(7.685)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.221	11.221
Destinações	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	561	-	-	(561)	-
Reserva especial	-	-	-	-	455	455
Reserva retenção de lucro	-	-	7.995	-	(7.995)	-
Dividendos pagos antecipadamente	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(210)	(210)
<b>Saldos em 31/12/12</b>	<b>27.426</b>	<b>1.902</b>	<b>7.995</b>	<b>-</b>	<b>455</b>	<b>37.778</b>

faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/12	31/12/11
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		11.999	10.270
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	16	3.915	4.482
Baixa de imobilizado	8	7	310
Depreciação e amortização		2.458	2.298
Lucro ajustado		18.379	17.360
Variações nos ativos e passivos			
Redução em ativos vinculados - BNDES		154	178
Aumento em contas a receber		(165)	(679)
Aumento em impostos a compensar		(1)	(22)
Aumento (redução) de despesas antecipadas		(9)	3
Aumento (redução) em adiantamentos a funcionários		(5)	9
Aumento em fornecedores		513	544
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias		2	(2)
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher		11	(4)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(779)	(778)
Redução (aumento) na provisão para férias e 13º salário		(5)	34
Aumento em outras obrigações		-	15
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		18.095	16.658
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado	8	(568)	(932)
Aquisição de diferido		-	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(568)	(933)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Financiamentos pagos	11	(5.199)	(5.199)
Juros pagos sobre financiamentos	11	(3.963)	(4.503)
Dividendos pagos	12	(8.594)	(2.785)
Dividendos antecipados	12	(2.000)	(1.653)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(19.756)	(14.140)
Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa		(2.229)	1.585
Demonstração da Redução (aumento) no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.448	1.863
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.219	3.448
		(2.229)	1.585

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)**

	Nota	31/12/12	31/12/11
<b>1. Receita bruta de vendas</b>		21.907	20.270
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	21.907	20.270
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>		1.746	2.005
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		1.402	1.629
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		344	376
<b>3. Valor adicionado bruto (1-2)</b>		20.161	18.265
<b>4. Depreciação e amortização</b>		2.458	2.298
<b>5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)</b>		17.703	15.967
<b>6. Valor adicionado recebido em transferência</b>		375	483
Receitas financeiras	16	375	483
<b>7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)</b>		18.078	16.450
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		18.078	16.450
Pessoal		1.026	700
Remuneração direta		824	581
Benefícios		140	78
F.G.T.S		62	41
Impostos, taxas e contribuições		1.808	1.676
Federais		1.802	1.671
Estaduais		3	5
Municipais		3	-
Remuneração de capitais de terceiros		4.023	4.582
Juros	16	3.915	4.482
Aluguéis		78	45
Outras		30	55
Remuneração de capitais próprios		11.221	9.492
Dividendos		2.210	1.653
Lucros retidos		9.011	7.839

no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimen-



to original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. mobilização: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em abril de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNEEL nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCP 05. Autorização e indenização: A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa no 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada resta-beleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. f. Valor recuperável de ativos: O imobilizado e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas. h. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. i. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. j. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. l. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. m. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2012 e 2011. n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

linha. Assim, a Companhia garante uma caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa no 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 18. • Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

Caixa e equivalentes de caixa: 31/12/12 31/12/11
Bancos 279 276
Aplicação Financeira 937 3.172
Total 1.219 3.448

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco Santander e Banco do Brasil, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). 6. Contas a receber: Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% dos contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contos vencidas na data das demonstrações contábeis. 7. Ativos vinculados - BNDES: O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta poderá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

8. Imobilizado: 31/12/12 31/12/11
a) Composição do imobilizado:
Descrição Taxa média depreciação (%) Custo Depreciação acumulada Líquido Líquido
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos 0,00% 1.203 - 1.203 1.203
Turbinas hidráulicas 2,50% 7.084 781 6.303 6.479
Condutor forçado 3,13% 6.726 991 5.735 5.963
Gerador 3,33% 5.017 780 4.237 4.374
Comporta 3,33% 1.312 208 1.104 1.152
Subestação unitária 3,57% 7.487 1.240 6.247 6.513
Estrutura de tensão 3,57% 1.925 250 1.675 1.766
Casa de força produção hidráulica 2,00% 34.068 3.135 30.933 31.647
Reservatório, barragem, adutora 2,00% 10.417 982 9.435 9.681
Adiantamento a fornecedores 0,00% 2.231 - 2.231 1.742
Outros 3,65% 5.349 849 4.500 4.664
Total 82.819 9.216 73.603 75.184

(\* As taxas de depreciação utilizadas até 31 de dezembro de 2011, sofreram alterações a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme determinações da Resolução ANEEL nº 474/2012. O impacto ocorrido no resultado em função desta mudança de taxas não é relevante. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

b) Movimentação do custo: Saldo em 31/12/10 Adições Baixas Transferências Saldo em 31/12/11
Terrenos 587 - - 616 1.203
Máquinas e equipamentos Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão 9.921 341 - 53 10.315
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador 2.300 54 - (685) 1.669
Condutor forçado 25.006 15 - (18.295) 6.726
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares 9.114 189 - (2.449) 6.854
Subestação unitária 96 - - 7.391 7.487
Sistema de proteção contra incêndio 24 1 - 1.104 1.129
Para-raios 196 4 - (143) 57
Estrutura de tensão e sistema de comunicação 7.821 1 - (7.814) 8
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado 97 3 - (16) 84
Outras máquinas e equipamentos 6 - - 85 91
Móveis e utensílios 17 - - (17) -
Casa de força, reservatório e barragem 20.929 10 (310) 23.855 44.484
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias 3.605 - - (3.367) 238
Sistema de comunicação local - - - 38 38
Sistema dados meteorológicos/hidrológicos - - - 109 109
Computadores e periféricos 6 4 - 15 25
Adiantamentos a fornecedores 1.911 310 - (480) 1.741
Total 81.636 932 (310) - 82.258

c) Movimentação do custo no período: Descrição 31/12/11 Adições Baixas Transferências 31/12/12
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos 1.203 - - - 1.203
Turbinas hidráulicas 7.084 - - - 7.084
Condutor forçado 6.726 - - - 6.726
Gerador 4.973 44 - - 5.017
Comporta 1.312 - - - 1.312
Subestação unitária 7.487 - - - 7.487
Estrutura de tensão 1.943 - (6) (12) 1.925
Casa de força produção hidráulica 34.068 - - - 34.068
Reservatório, barragem, adutora 10.416 1 - - 10.417
Adiantamento a fornecedores 1.742 477 - 12 2.231
Outros 5.304 46 (1) - 5.349
Total 82.258 568 (7) - 82.819
Depreciação (7.074) (2.213) 71 - (9.216)
Saldo 75.184 (1.645) 64 - 73.603

9. Diferido: Os gastos pró-operacionais R\$79 em 31 de dezembro de 2012 (R\$395 em 31 de dezembro de 2011) incluem basicamente despesas administrativas e de remuneração, e encargos dos funcionários e da Administração, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de cinco anos desde maio de 2008. 10. Transações com partes relacionadas: O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletrobrás S.A.), visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuição de dividendos da Companhia para sua controladora.

Passivo circulante 210 909
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar 210 909
Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global líquida da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2012 em, no máximo, R\$60 (R\$50 em 2011). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$29 mil

11. Financiamentos: Indexador 31/12/12 31/12/11
BNDES: TJLP + 3,5% a.a.
Principal 33.308 38.507
Encargos 7.554 7.603
Total 40.862 46.110
Parcela de curto prazo 5.483 5.541
Parcela de longo prazo 35.379 40.569
Total 40.862 46.110

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato deve ser paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e dos juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante
2014 5.054
2015 5.054
2016 5.054
2017 5.054
2018 5.054
2019 a 2021 10.109
Total 35.379

Mutação dos financiamentos em 2012
Saldo inicial 46.110
Encargos provisionados 3.914
Pagamentos (9.162)
Saldo final 40.862

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da São Joaquim Energia S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicada pela Companhia e aprovada pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida" mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2012:

Patrimônio líquido 37.778
Total do ativo 80.478
ICP 46,94%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. 12. Patrimônio líquido: a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$27.426. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$27.426 e está representado por 21.867.811 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. Reserva especial: Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76. Reserva de retenção de lucros: Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2012, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$8.594, foram antecipados dividendos do exercício 2012, no valor de R\$2.000. Os dividendos referentes ao exercício de 2012 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício 11.221
(-) Reserva legal (561)
(-) Base de cálculo do dividendo 10.660
Dividendos obrigatórios 2.665
(-) Reserva especial 455
(-) Dividendos obrigatórios a pagar 2.210
(-) Reserva de retenção de lucros 7.995

13. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, decorrentes de aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída. Na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, a Companhia é parte de processos judiciais de natureza administrativa e fiscal, que apresentam risco possível de desembolso futuro no valor de aproximadamente R\$15 mil e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciado em notas explicativas.

14. Conciliação da receita operacional líquida: 31/12/12 31/12/11
Receita operacional bruta 21.907 20.270
Venda de energia elétrica 21.907 20.270
Deduções à receita operacional (799) (740)
PIS (142) (132)
COFINS (657) (608)
Receita operacional líquida 21.108 19.530

15. Despesas administrativas, gerais e outras operacionais: 31/12/12 31/12/11
Despesas com pessoal operacional 768 527
Despesas com pessoal administrativo 471 323
Serviços de terceiros (auditoria e consultorias) 152 227
Viagens 119 70
Publicação 39 34
Arrendamentos e aluguéis 78 45
Outras despesas 52 51
Total 1.679 1.277

16. Resultado financeiro: 31/12/12 31/12/11
Despesas financeiras: (3.945) (4.539)
Despesas bancárias (7) (32)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos (3.915) (4.482)
Outras despesas (23) (25)
Receitas financeiras: 375 483
Rendimentos de aplicações em renda fixa 369 473
Outras receitas 6 10
Resultado financeiro (3.570) (4.056)

17. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

31/12/12 31/12/11
IR (\*) 21.907 21.907
CSLL 20.270 20.270
(-) Descontos incondicionais (ajuste financeiro) - (21) (21)
Percentual para determinação da base de cálculo 8% 12% 8% 12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira 375 375 483 483
Base de cálculo 2.128 3.004 2.103 2.913
Alíquota nominal 25% 9% 25% 9%
Imposto sobre o resultado 508 270 515 263

(\*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%. 18. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação.

31/12/12 31/12/11
Real 12 meses 25% 50%
Operação Risco
Aplicação Financeira Baixa do CDI 937 1.004 987 970
Ativos Vinculados ao BNDES Baixa do CDI 2.293 2.457 2.416 2.375

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia considera que os instrumentos financeiros passivos não representam riscos relevantes, uma vez que, conforme cláusula específica do contrato firmado junto ao BNDES, a variável de risco inerente à operação, a TJLP, não poderá ser superior a 6%. 19. Cobertura de seguro: Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R\$5.434, com vigência até 28 de abril de 2013, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, por risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), por danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros e por danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Seguro de operação: Em 28 de abril de 2012, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$86.316, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. 20. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis: A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2013.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA
Abelardo Martins de Mello - Diretor; Márcio Barata Diniz - Diretor
Contador: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da São Joaquim Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis da São Joaquim Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da ade-

quação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Conforme mencionado na nota explicativa nº8, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCP 05 - Contratos de Concessão (OCP 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2012, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$7.528 mil e o lucro do período está aumentado em, aproximadamente, R\$1.820 mil. Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Joaquim Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de

auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011: As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de fevereiro de 2012, contendo a seguinte modificação de opinião: "Conforme mencionada na Nota Explicativa nº9, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCP 05 - Contratos de Concessão (OCP 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2011, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$5.708 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$1.621 mil".